

## ATA Nº 221/2019

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil de dezenove, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social, Avenida Ernani Cotrin, 163, Centro, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do presidente, o conselheiro André Pinto Dalcarobo (APP). Estando presentes os conselheiros: Elizabeth de Medeiros Gomes (Pastoral da Criança), Luciane Ferreira Medeiros (Secretaria de Assistência Social), Fernando de Araújo Brasil (Secretaria de indústria, comércio e desenvolvimento rural), Eduardo Vieira de Oliveira (Polícia Militar), Zélia Schneider (EPAGRI), Patrícia de Oliveira Benhardt da Silva (Secretaria de Administração e Finanças), Fernanda Firmino da Silva (Secretaria de Saúde – CAPS), Rosineti Cardoso da Rosa (Clube Esperança), Hamilton Gomes de Sousa (APAE) e Eliezer Marques Costa (Grupo Escoteiro Carijós). Ainda estiveram presentes: Guilherme Cecheleiro (Assessor de rede), Louizi Cristina Eich (Conselheira tutelar), e Alessandra Pascoali (Controle Interno). André sauda a todos e se desculpa pelo atraso. Alessandra diz que não foi colocada na pauta e questiona se ela pode fazer a apresentação das contas no início. André confirma que a pauta inicial será a apresentação da Alessandra. Alessandra informa que a Receita da conta do FIA ela solicitou para o tesoureiro Luiz Fernando, mas esqueceu de pegar, mas informa que de receita são os repasses que a prefeitura faz mensalmente, e que agora surgiu R\$ 667,02 (seiscentos e sessenta e sete reais e dois centavos) na conta do FIA vindos da Receita Federal, valor que o Luiz verificará a procedência. E de despesas no primeiro trimestre constam as despesas bancárias da CAIXA que totalizam R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais), e o pagamento ao assessor Guilherme Cechelero no valor de R\$ 1.176,00 (um mil, cento e setenta e seis reais), sendo R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) o imposto que já vem contido no valor da nota fiscal do assessor. Sobre a assessoria de rede Alessandra explica que o valor do contrato do Guilherme é R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), e que este ano foi feito um aditivo de prazo e não de valor e desse valor restou R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Sabrina questiona se esse valor já está contanto com a última nota fiscal que foi emitida pelo assessor do último mês no valor de R\$ 1.200 (mil e duzentos reais). Alessandra procura essa informação no relatório e informa que não, então teriam que considerar o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), ou seja, mais cinco encontros mensais a serem realizados. Alessandra se retira. André informa as justificativas de faltas recebidas. André diz que viu que através do grupo de whatsapp justificou o Pedro Paulo. Louizi complementa: a Rosa também, mas disse que ia falar com o suplente. André observa que a Polícia Civil está tendo faltas recorrentes e questiona se mais alguém. Eliezer diz que os representantes do Parque Ambiental. Sabrina diz que é da Associação Jorge Lacerda. Eliezer diz que tem um número máximo de faltas que os conselheiros podem ter segundo o regimento, salvo engano três consecutivas. Eliezer questiona se Sabrina não teria a tabela de faltas para os conselheiros analisarem. Sabrina diz que a que tem no pendrive não está atualizada, mas caso queira pode ir buscar no computador. André sugere que essa análise fique para a próxima reunião e informa da presença do assessor Guilherme Cechelero, que esteve reunido com a rede já no dia anterior e diz que tem alguns itens da rede para passar posteriormente, na palavra livre. André informa que o CMDCA recebeu os relatórios dos levantamentos dos meses de fevereiro e março do Conselho Tutelar; André passa a cada conselheiro para análise e questiona a Louizi se ainda continua aparecendo mais a negligência. Louizi confirma. André diz que devem discutir e tratar isso. André diz que devem verificar para o edital abordar esse tema que é o que aparece mais no município. André diz que, além disso, o material que está sendo produzido na rede posteriormente será divulgado, e diz que quem acompanha as reuniões da rede tem esse conhecimento. André questiona se teria mais alguma questão a ser abordada. Guilherme diz que o CMDCA pode tomar a negligência como tema do edital, porém outro ponto são as pessoas com deficiências que são negligenciadas. Guilherme diz que há o fator de proteção e o fator de risco, o que aparece é a negligência, mas está somado a outros tipos de violência. Guilherme diz que é por isso que é importante pensar em outras formas de atendimento, não só pensando em quem está em negligência, mas em outros tipos de violência. André diz que nos encontros da rede serão discutidos os relatórios de atendimento e com base neles as entidades irão trazer propostas para vir de encontro com a idéia dos líderes das comunidades, pois foi uma observação da comunidade que a negligência talvez aconteça por não ter quem os conduza e ensine, por exemplo, a dar um banho no filho. André diz que caso alguma entidade tenha interesse em trabalhar esse assunto já vá pensando. André informa que receberam o ofício do CEACA, informando sobre a Assembléia do dia 06 de maio de 2019, uma segunda-feira, onde informa que inclusive foi convidado a abordar a questão

da negligência. André explica que alguém que vem de fora tem mais autoridade para ter essas falas, colocar o assunto negligência em questão. Eliezer diz que o Grupo Escoteiro não fez o convite formal, porém nesse sábado terá Assembléia Às 16h30min, não havendo a maioria, iniciará às 17h, onde serão apresentadas as contas de 2018, que já passou pela Comissão Fiscal do grupo, sendo aprovada, e agora passará pela Assembléia. André informa que nesse dia estará em viagem no Rio Grande do Sul, porém informa que gostaria que alguém do CMDCA fosse. Elizabeth se propõe a ir. André informa que foi realizado o pagamento do projeto cancelado do CEACA, mas que primeiro foi pago com recurso da Prefeitura e só após foi formalizado com o recurso do FIA. Eliezer questiona o porquê de sempre estar acontecendo de ser pago primeiro com recurso da Prefeitura e não diretamente com as verbas do FIA - Fundo para Infância e Adolescência. André explica como está funcionando essa questão de pagamento via FIA: hoje o tesoureiro Luiz Fernando avisa por whatsapp que tem pagamento a ser analisado e André diz que analisa a conta e confirma o pagamento. Eliezer diz que já aconteceu essa situação quando era presidente, mas que devem ter atenção, pois está se tornando recorrente. André informa que acredita que o Luiz não estava e outra pessoa fez, mas diz não saber ao certo informando que irá questionar, diz que pedirá uma explicação detalhada desse tipo de situação. Eliezer diz que dessa forma fica bagunçado, enrolado. André diz que irá oficializar explicações do porque ao longo dos últimos dois anos certas operações não estão sendo realizadas diretamente pelo FIA e sim pela prefeitura e após ocorrer a transferência do FIA. André relata que o CMDCA está se organizando em algumas questões, e diz que foi observado que tiveram muitas reuniões seguidas, e a fim de sintetizar e facilitar a participação de todos organizou o cronograma de reuniões extraordinárias, com o objetivo de os conselheiros já reservarem aquele dia e horário para estarem presentes. André diz que a ideia foi fixar datas na metade do mês para as reuniões extraordinárias e de comissões. André diz que as comissões têm assuntos a tratar que precisam da deliberação em plenária, e informa que foi pensando também em não ter pautas extensas todo mês. André diz que não marca duas ordinárias no mês, pois sendo extraordinária não tem a obrigação de acontecer caso não tenham assuntos urgentes e reforça que é uma reserva de data, caso não tenham assuntos a serem tratados não terá a reunião, mas pelo menos os conselheiros terão organizado aquela data, dando o seu exemplo, André diz que tem outros compromissos que já impossibilitaram sua participação em uma das reuniões da Comissão de Normas, mas que organizando desse modo estará presente em todas as reuniões. André reforça que caso não tenha a necessidade de haver a reunião os conselheiros serão avisados. André diz que inicialmente as reuniões ficarão para as quartas e sextas no meio do mês. Luciane diz que sexta é um dia que ela não pode estar presente. Elizabeth e Rosinete também se manifestam dizendo que não poderiam. Sabrina sugere mudar as datas que seriam na sexta para terça. Conselheiros concordam. André questiona se os conselheiros aprovam o cronograma das reuniões extraordinárias e das comissões. Conselheiros concordam por unanimidade. André diz que na primeira reunião de rede, foi deliberado, aliás, deliberado não, foi prometido pelo antigo presidente do CMDCA a confecção de portfólio contendo a missão e visão da rede, que ficariam nos serviços, seria um só para cada entidade, para que o pessoal da rede tenha essa identidade e questiona se Guilherme pode falar sobre essa questão da identidade da rede. Guilherme explica que o problema da rede em todo o país é que ela não se vê como rede: as polícias fazem um trabalho, assim como CRAS, CREAS, mas não vêem que está tudo integrado, e não conseguem ter uma visão holística da rede. Guilherme cita o exemplo do Zezinho que passa em vários serviços e os atores não se conversando ele passa por todos e às vezes não se resolve, por isso criaram a missão e visão. Sendo a missão: Garantir a efetivação da prioridade absoluta de forma integrada, reduzindo a violação de direitos na área da criança e do adolescente. Guilherme diz que quem estava no primeiro encontro vai lembrar que foi bem dialogado para chegar aonde queriam, primeiro com discussões em subgrupos, e após no grande grupo. Guilherme diz que já a visão é como querem ser vistos, por exemplo: por outros municípios, pelo CEDCA, como querem que a dona Elaine veja Capivari. Sendo a visão: Ser referência na construção e execução de políticas na área da criança e do adolescente produzindo ações preventivas. Guilherme diz que na prática algumas coisas já vinham acontecendo, mas que a ideia é sempre melhorar e relata que algumas pessoas já tomaram iniciativa, a conselheira tutelar Priscila encaminhou orçamentos pelo grupo de whatsapp, confeccionaram as camisetas da rede, dia 16 de abril tiveram o encontro com as lideranças comunitárias para conversar sobre o ECA, amanhã reunião no fórum, logo terão um fórum para a rede conhecer os serviços de cada um, então diz que as coisas estão saindo do papel e se materializando em coisas práticas, e aos poucos pessoas de outros municípios reconhecem. Guilherme diz que o portfólio da missão e visão não é pra colocar em todos os lugares, mas

principalmente para os participantes das reuniões da rede, não lá na ponta: em postos de saúde e escola, pois iriam deixar por um tempo e depois seria colocado em um canto. Guilherme diz que a ideia é internalizar essa missão e visão. Guilherme diz que na reunião da rede foi questionado sobre os valores, que nas empresas é disponibilizado a missão, visão e valores. Guilherme explica que na empresa eles estão juntos o mês inteiro todos os dias, já os encontros de rede são mensais e tem pouco contato para construir valores. Guilherme diz que as camisetas compartilhadas também é uma identidade, é um grupo que se reuniu, pois querem um mundo melhor. Hamilton questiona se com relação à missão e visão os conselheiros já possuem a arte final. André diz que não. Louizi diz que a Priscila não tinha programa adequado, foi feito no Word. Para a confecção André sugere que utilizem o recurso do Gabinete do Prefeito e em último caso o FIA. Eliezer diz que tem que verificar a legalidade da utilização do recurso, enfatizando que seria um banner de missão e visão da rede. André diz que o primeiro ponto é saber se querem confeccionar, e diz que a conselheira tutelar Priscila encaminhou pelo whatsapp os orçamentos coletados e que sairia R\$20,00 na fols cada banner, sendo 20 unidades, sete dias úteis para a confecção, os demais orçamentos foram: R\$ 48 na Castel, cinco dias úteis, R\$42,00 na Costa, três dias úteis e arte não inclusa. Eliezer questiona se o CMDCA já tem os orçamentos físicos que a Priscila passou, pois devem conter os requisitos, e explica que tem todo um formato para pegar no papel. André diz que a Priscila logo irá repassar os orçamentos. André reforça que irão solicitar a confecção via recursos do Gabinete do Prefeito. Conselheiros concordam. Com relação ao Plano de Ação e Aplicação de 2019, o mesmo já foi analisado pela Comissão de Normas e Documentos, informando a todos que não esteve presente na última reunião, mas que foi possível ver que algumas ações são contínuas de anos anteriores. André diz que esse plano já era pra ter sido aprovado na primeira reunião, mas que devido à nesse ano terem várias ações não foi possível, e diz que pretende que o de 2020 confeccionem um Plano bem completo. André diz que estarão passando o plano de ação e aplicação 2019 no datashow e caso alguém tenha considerações a fazer solicitar a fala. Sobre a diretriz 1, meta 1, ação 3, com relação ao SIPIA, Louizi diz que a sua utilização é bem importante para o trabalho do Conselho Tutelar, pois no sistema são colocadas todas as informações de atendimento, sendo possível acessar os dados das crianças que foram atendidas em outro município, bem como os relatórios poderiam ser feitos pelo sistema, porém informa que já tentaram utilizar, mas a internet que possuem não é compatível, e diz que a importância é maior por agora por entrar novas conselheiras tutelares, é importante já realizarem um curso, colocar o sistema para funcionar. André diz que o quanto antes conseguirem implementar melhor. André questiona se pode ser feita a capacitação pelo Gabinete. Louizi informa que as conselheiras atuais já fizeram curso até gratuitamente, porém como não o utilizam devem sempre lembrar. Louizi diz que as conselheiras devem lançar as fichinhas no sistema. André reforça que o relatório dos atendimentos do Conselho Tutelar que está passando poderia ser feito automaticamente pelo sistema. André questiona qual o problema da internet. Louizi diz que é a velocidade da internet que não é compatível, teriam que chamar novamente o técnico da informática. André questiona se já não foi mandado ofício com essa questão da internet. Sabrina diz que atualmente não. Eliezer diz que não foi mandado das discussões da reunião anterior, porém recorda que já foi discutido isso. Louizi diz que um técnico foi lá, mas não resolveu. André sugere que devem verificar um prazo para ser resolvido ou notificar o MP. Guilherme diz que outra questão é que na rede fizeram o instrumento de diagnóstico, para levantar o diagnóstico situacional, é ampla. Referente à ação 1, Guilherme questiona quantos projetos tem na cidade para a criança e adolescente, e questiona se a rede fosse questionada de uma forma geral saberiam responder realmente quais os projetos e programas existentes. Guilherme diz que deveriam pegar o mapa de Capivari e pontuar com o diagnóstico de violência que serão cobrados nas reuniões de rede, podendo visualizar onde estão os bairros mais vulneráveis, Guilherme diz que devem comparar com as entidades: ver em que bairro fica o CEACA, qual bairro fica o Grupo Escoteiro, o Parque Ambiental e em qual falta serviço, programa, projeto. E assim conseguirão ter um conhecimento da realidade, e aí sim os editais serão bem reduzidos, é necessário verificar quais projetos e programas tem cadastrados no CMDCA, quantos programas tem na cidade, tendo o total disso, e da trabalho fazer, informando que reflete no prazo da meta, é importante ter bem claro e se podem cumprir. Guilherme diz que na questão da violência a rede irá contribuir bastante. André diz que estão trabalhando, e afirma que é uma construção. Guilherme sugere que, o que poderia acontecer é cada ator do CMDCA ficar responsável de levantar o programa ou projeto. Exemplo: o representante de a saúde pegar todos os programas ou projetos na área da infância e adolescência, mas nunca no sentido de fiscalizar, que é atribuição do MP e sim como controlador social, art.88 do ECA, Guilherme diz que também não adianta trazer e engavetar, é para parar e

estudar as informações. Luciane sugere trazer o mapa de Capivari de Baixo e ir alfinetando, colocando a legenda do lado. Louizi sugere oficializar os Secretários das pastas para que eles informem os programas e projetos. Eliezer diz que já possuem um diagnóstico no papel, pode não ser atualizado, nem está organizado e tão completo. Louizi questiona se teria os números de projetos e programas. Eliezer nega. Luciane diz que tem as situações e a localidade. Eliezer diz que observando somente o relatório do Conselho Tutelar, foram mais de sessenta atendimentos, que se concentraram mais em três bairros: Santa Lúcia, Três de Maio e Caçador. Eliezer diz que podem analisar se é falta de serviços ou outro fator. Louizi diz que por sua experiência a maioria é no bairro Três de maio, porém observa onde estão localizados os serviços: CRAS, CREAS são no Centro, bem como a escolinha de futebol, tudo se concentra em torno do Ginásio. André diz que está sendo feito pela rede o levantamento das violências. Patrícia diz que o mapa do município ela tem, e não é difícil fazer, apenas demanda tempo. Eliezer diz para oficializar as Secretarias: a de Educação que é junto ao esporte, a da Saúde e a da Assistência. Luciane concorda que tudo o que tem é concentrado no Ginásio e no Parque Ambiental. Louizi diz que precisam saber dos serviços para confrontar com a vulnerabilidade. André diz que até o mês que vem que é o prazo que foi colocado no plano, não conseguirão, então sugere colocar mais pra frente quando terão o diagnóstico trimestral da rede. Conselheiros concordam. Louizi diz que o Conselho Tutelar pode mandar o ofício aos Secretários se for mais rápido. André diz que com relação ao Edital já adianta que será publicado somente após realizar o diagnóstico, após agosto. Luciane observa que os conflitos familiares também aumentaram. André informa que conversou com o tenente da polícia militar Wiggers sobre a prevenção contra crimes e questiona se Vieira tem conhecimento. Vieira informa que teriam escolinha de trânsito. André questiona sobre a prevenção das drogas. Vieira diz que existe o PROERD, porém não sabe se tem pessoal efetivo para realizar esse ano. André diz que para a próxima reunião, os grupos de trabalho irão se reunir, e pegarão o trabalho da rede para apresentar. Louizi questiona se ela pode se comprometer em entrar em contato com as Secretarias e já trazer ao conselho. Guilherme diz que não é atribuição do Conselho Tutelar pedir isso, mas do CMDCA que tem a obrigação de passar essa informação para o Conselho Tutelar, também ao Ministério Público e judiciário. Guilherme reforça que nesse caso o papel do Conselho Tutelar é receber e não pedir. Eliezer diz que devem oficializar as Secretarias: de assistência, Saúde e Educação, solicitando que além dos postos de saúde, CEIS e escolas, se existem outros programas, projetos ou serviços. Patrícia se coloca à disposição para construir o mapa. Luciane e Fernanda também se colocam à disposição. Guilherme diz que tem que ter um modelo de solicitação de programa e projeto para ter um modelo padrão e se disponibiliza a estar passando um material. André sugere passar para agosto esse prazo. Conselheiros concordam. André sugere passar para a próxima diretiz. Eliezer diz que tem ação que é permanente. André diz que o conselho sugeriu que deveriam separar a lei do CMDCA e do Conselho Tutelar, porém em conversa com o jurídico foi verificado que não teriam tempo hábil para alterar a lei naquele momento, sendo informado que seria necessário pelo menos três meses para eles revisarem, mandar para a câmara e voltar, mas deve haver uma alteração da lei e do Regimento do CMDCA. Guilherme diz que outro ponto que observou foi a ação 4, realizar a confecção do Plano Municipal de Promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar. Guilherme diz que o município está com muitas crianças acolhidas. Louizi confirma que no momento são dezoito. Eliezer diz que devem verificar de quem é a atribuição de construir esse plano. Guilherme diz que é atribuição de uma Comissão Intersetorial, ele é construído em rede e ratificado pelo CMDCA. Guilherme diz que por óbvio a Secretaria de Assistência Social tem muita responsabilidade nisso. Guilherme diz que já deveria ter sido feito e a promotoria poderia solicitar todos os planos existentes no município. Cabe também ao CMDCA oficializar cobrando. Luciane sugere que primeiramente tenham uma conversa com a Secretária de Assistência social sobre a formação dessa comissão intersectorial para a confecção desse plano. Eliezer diz que deve haver no Plano Nacional os responsáveis e prazos. Eliezer diz que devem dar nome aos bois, para que quem tem a responsabilidade de tomar a frente puxar. Eliezer diz que ele fica responsável em trazer informações referentes a esse Plano Municipal, no que se refere aos prazos, responsáveis: de quem é a obrigação, pois se é uma construção da rede tem que ter alguém pra encabeçar. André diz que devem verificar se já existe ou não no município. Sobre a diretiz 1, meta1, ação 3, André diz que já foi alvo de discussões na reunião da Comissão, que é atribuição do Ministério Público, Conselho Tutelar e judiciário. Guilherme explica que a Comissão de Fiscalização do CMDCA fiscalizará somente as entidades que estão com projetos que estão utilizando recursos do FIA, é verificar se aquilo que foi proposto e está sendo financiado pelo FIA está acontecendo na prática. Guilherme exemplifica que houve uma

cidade em que fizeram um projeto para atender cem pessoas, e no fim por razões aleatórias tiveram apenas seis emissões de certificados, ou seja, seis participações com aquele recurso, e é nisso que o CMDCA deve estar atento. André sugere modificar a ação 3, da meta 1, Diretriz 3 Organização da agenda de monitoramento e fiscalização das entidades públicas e privadas de atendimento a criança e ao adolescente em cumprimento ao artigo 95 do ECA para organizar a agenda da Comissão de Fiscalização. Eliezer sugere que quando tenha reunião para aprovar Plano seja feita exclusiva para isso, e sobre a não utilização do SIPIA o próximo passo seria informar o MP, referente à ação 5 que fala do SIPIA, Guilherme sugere retirar, pois ainda não foi implantado, então não teria como acompanhar a sua utilização. Louizi diz que usar o SIPIA já é conversa de oito anos. André sugere continuar a análise do Plano em outra reunião devido ao tempo que tomará e terem ainda outros assuntos a tratar. Conselheiros concordam. Eliezer diz pra anotar que pararam de analisar o Plano na diretriz 4. Eliezer diz que já que a internet existente no Conselho Tutelar não foi suficiente para rodar o sistema, sugere verificar qual é a internet dos outros municípios que conseguiram implantar e trazer as informações. Louizi se responsabiliza de buscar as informações necessárias para o bom funcionamento do SIPIA. André retorna a falar sobre os titulares e suplentes da Comissão eleitoral do Conselho tutelar informando que foi outra comissão que devido não terem conselheiros que se ofereceram, não foi definido quem era o titular e quem era o suplente, mas diz que deixará para falar mais ao final por ter uma questão a esclarecer referente à Comissão. Sobre os materiais de divulgação do processo de escolha do Conselho Tutelar André apresenta a proposta de cartaz para aprovação e posterior envio à Gráfica. Hamilton diz que o cartaz está poluído, ou seja, tem muita imagem e diferentes fontes. Luciane concorda que tem muita imagem. André sugere deixar o plano de fundo branco e colocar a logo do CMDCA grande atrás em marca d'água. Eliezer solicita o cartaz de 2015 e sugere apenas atualizar as informações. Guilherme diz que tem uma observação importante a fazer, que é colocar no material: processo de escolha e não eleições. Eliezer diz que outra informação importante que não consta é colocar que os conselheiros serão capacitados, pois pode haver quem se interesse no cargo, mas não sabe bem o que faz, ficando inseguro de se inscrever. Hamilton sugere evitar a alternância no tamanho da fonte. Eliezer diz que consegue a arte com a gráfica que confeccionou o cartaz de 2015. André questiona se Eliezer consegue encaminhar até o dia seguinte. Eliezer confirma. André diz que se já tem pronto o material concorda e diz que fica de responsabilidade do Eliezer atualizar as informações no cartaz. Eliezer concorda. Sobre o folder, André mostra e questiona se os conselheiros têm alguma sugestão. André explica que o folder não seria algo a ser encaminhado agora, uma das sugestões já é arrumar para processo de escolha. Eliezer questiona se já foi definido o local da votação. André diz que o ofício foi encaminhado à Secretaria de Educação, porém ainda não obtiveram a resposta e até por isso iam aguardar para confirmar a confecção, porém informa que irá procurar a Yara para confirmar o local. André diz que as informações que constam no folder já foram baseadas no material de 2015. Hamilton questiona se ele pode organizar o folder do processo de escolha. André diz que tanto o cartaz quanto o folder foram disponibilizados ao grupo da Comissão eleitoral no whatsapp para os membros colocarem as suas considerações. André diz que observando a Resolução nº 168/2019 que está no datashow verificou que Hamilton faz parte da Comissão Eleitoral, portanto faz parte do grupo onde foram disponibilizadas as artes, mas quando questionados não se manifestou. André diz que se disponibilizou a fazer por não ter pessoas que pudessem estar confeccionando, pois o pessoal não quer pegar mais responsabilidades. Eliezer diz que quando era confecção de material ele mesmo ia diretamente a gráfica sentar com o pessoal responsável pelas artes e trabalhava lá e trazia pronto para o CMDCA aprovar. Eliezer diz que deve ter alguém também na Prefeitura que possa auxiliar. Sabrina questiona se seria o Álvaro. Eliezer diz que o Álvaro também, mas informa que tem o pessoal da informática. André diz que entrará em contato com a gráfica para arrumar o folder. André diz que outra observação a fazer é que os conselheiros vão saindo da reunião, e só quem fica são os mais interessados, que são sempre os mesmos. Eliezer diz que devem verificar se será urna eletrônica ou de papel, pois o TRE emite uma lista, e quem não constar o nome na lista não pode votar. Sobre o edital André diz já foi informado que não será publicado agora, sobre a discussão sobre a leitura das atas sugere passar para uma próxima reunião devido ao tempo, e sobre a solicitação da declaração da funcionária Josiane de Oliveira Valgas, André informa que essa ex-funcionária da prefeitura encaminhou um e-mail que está disponibilizado no datashow solicitando a declaração que assessorou e auxiliou o CMDCA para comprovação de experiência profissional, e como está agora na presidência do CMDCA, informa que cabe a ele assinar. Eliezer diz que os conselheiros devem observar bem o termo voluntário que ela coloca na declaração, pois não tem como saber se ela recebeu pelos

serviços prestados ao CMDCA ou ela era apenas responsável pelos demais conselhos, que era a informação que ela dava verbalmente. Eliezer diz que pela informação que ela passava a todos o CMDCA não estava incluso nas suas responsabilidades, e o certo seria verificar com o RH qual era o seu cargo e quais eram as suas reais atribuições. Sabrina informa que o cargo era comissionado e a funcionária era chefe de setor. Eliezer diz que na época suas superiores eram Elizabeth Maccari e a Secretária de Assistência Lúcia Menezes. André diz que se os conselheiros reconhecem que ela trabalhou fazendo assessoria técnica e auxiliou não vê problema em assinar. Conselheiros confirmam e André afirma que irá assinar. Eliezer reforça em observar o termo voluntário, pois estará dizendo que ela prestou serviço gratuitamente e somente o RH saberia a informação de se ela foi paga ou não pra isso. André diz que o CMDCA em si não pagou nada pra ela, e os conselheiros já confirmaram que ela prestou serviço, portanto irá assinar e pede para constar que após isso é uma questão a ser resolvida entre ela e a prefeitura. André pede para retornar para a questão da Comissão Eleitoral, André diz que ocorreu uma situação entre ele e o ex-presidente Eliezer e explica que se caso não houvesse a exclusão dele do grupo de whatsapp da Comissão eleitoral, talvez não tivesse esse problema com a arte do cartaz, pois já teria sido sanado lá, mas diz que para explicar: foi conversado na reunião dessa Comissão Eleitoral para permanecer somente os membros formais da comissão no grupo de whatsapp, portanto foi decidido pela exclusão do conselheiro Eliezer. André explica que falou com a Rosa ao final da última reunião, onde a mesma informou que já havia conversado com o Eliezer e por isso, entendendo que ela já havia falado com ele, solicitou a Sabrina, após o Eliezer fazer uma publicação sobre um curso no grupo, que o excluísse e assim ela fez. Porém, André informa que Eliezer o procurou a fim de ser esclarecido sobre o ocorrido, onde diz que sugeriu que Eliezer entrasse formalmente na Comissão, explicando que a exclusão se deu devido terem dúvidas que tivesse alguma influência no processo de escolha e por isso não poderia participar. Fernanda diz que foi colocado pelas conselheiras tutelares que a esposa do Eliezer estaria participando do processo de escolha. André diz que outra questão é que tem que ser definido os titulares e suplentes da Comissão, pois foi mais uma falta, e reforça que na correria de formar não foram indicados quem seriam. André diz que a comissão foi formada dessa forma por não ter quem quisesse participar, conseguiu reunir os participantes com esforço, pois todos já têm responsabilidades. Luciane observa que pediu para constar uma retificação na ata da Comissão Eleitoral que sua fala foi de antes de excluir o Eliezer deveriam conversar com ele. André diz que os conselheiros deveriam se responsabilizar pelas suas ações, e questiona se então a conselheira quis dizer que não concordou com a exclusão. Luciane diz que não concordou e sim mencionou que teria que consultá-lo. Zélia questiona a Eliezer se ele não tinha comentado em outra reunião que teria uma candidata. Fernanda diz que se lembra de ele ter falado que ia ser cabo eleitoral. André diz que se a Comissão deliberou sobre a exclusão não importa a fala da Lu. Eliezer diz que em seu entendimento a sua participação foi deliberada pela plenária e so poderia ser desfeito também em plenária. André diz que nesse ponto discordam, e acredita que algumas questões podem sim ser decididas dentro da própria comissão. Eliezer diz que de qualquer forma ele falou sim sobre ser cabo eleitoral, porém por uma brincadeira, e reclama que não foi falado nada na hora, deixaram passar e depois foi falado por fora, informando que isso não deveria ocorrer. Eliezer diz que sobre a suspeita de a atual esposa participar do processo de escolha, informa aos presentes que ela é servidora pública, concursada da Prefeitura, e com certeza não deixará o cargo efetivo para ser conselheira tutelar, reforçando que foi feita uma brincadeira, e diz que sugeriu a sua participação voluntariamente na Comissão eleitoral por sua experiência de ter participado já de duas eleições. Eliezer diz que a Rosa comentou sim alguma coisa que os conselheiros da comissão estavam em conversa, mas em nenhum momento avisou que foi decidido pela exclusão. Eliezer diz que se propôs a contribuir, então foi muito chata a situação, inclusive de não ter aviso, e diz que foi misturado o pessoal com o profissional. Eliezer diz que já tomou conhecimento de assuntos pessoais graves, tanto da Rosa, como André, mas não traz para o grupo para não misturar as coisas. Eliezer diz que tudo o que é de comissão também é publicado no site, então é público, porém informa que já superou, e que não possui interesse em participar da Comissão eleitoral formalmente, pois tem muitos compromissos, e inclusive foi por estar sobrecarregado que se afastou da presidência e quando entra em comissão é para participar, não adianta entrar e ficar faltando, mas diz que informalmente continua à disposição para contribuir. André diz que, por questões de ordem, a plenária é deliberativa, maior, mas que, por exemplo: com relação ao processo de análise da documentação a discussão não será aberta para o público e sim a decisão que irá sair da Comissão. André questiona se o assessor Guilherme teria alguma consideração a fazer sobre isso. André reforça que em sua opinião não é necessário

ter uma conversa aberta ao público e sim disponibilizar as decisões da Comissão. André diz que tem assuntos que cabem somente para a Comissão, sem influência externa, por exemplo: sair um print da tela, um áudio vazado do grupo, os trabalhos da comissão ficariam prejudicados, então na dúvida não há condenação, não devem ter dúvidas, a questão levantada pela Zélia que o Eliezer estava apoiando candidata gerou dúvidas. Zélia explica que foi a Rosa quem trouxe essa questão e gerou receio. André reforça que nem tudo deve ser publicizado, e por último sobre essa questão de não idoneidade moral levantada, tem que ser posto ao grupo e esclarecido: André diz ter questões inclusive judiciais com sua ex-mulher, porém se tem alguma questão, não importando se for fofoca ou não, que o conselheiro acredite ser importante ao grupo deve ser conversado e reforça o convite para ele participar formalmente da Comissão. Eliezer reforça que não tem interesse. André diz que outra questão é que não foram entregues para a prefeitura os três orçamentos do notebook e datashow, e informa que Sabrina estava quase entregando, porém ele foi atrás devido aos modelos dos aparelhos solicitados estarem distintos, ou seja: com marcas e modelos diferentes, então diz que se não tiver a confiança de ter a veracidade dos fatos não tem como presidir, ou penalizar o que tem que ser penalizado, informa que irá atrás de novos orçamentos para estar encaminhando e sugere que em outro momento conversem melhor sobre isso e abre a palavra aos conselheiros. Guilherme diz que tem uma pauta a acrescentar: que na próxima reunião façam uma reflexão macro dessa situação que estão passando, e diz que não irá resgatar toda a fala devido ao tempo e pra não ser tenso, mas relata que há vários pontos nesse diálogo que devem analisar, e que os demais conselheiros devem estar presentes, a Rosa é importante estar. Guilherme diz que será uma reflexão que é através das crises que conseguem crescer, só diz que não dá a terminar uma reunião dessa forma, e reforça que na próxima quer dez minutos para reflexão. Hamilton diz que com relação a não abrir o arquivo, questiona se ainda assim não haveria razão para se reunir presencialmente para decidir. Eliezer diz que a Comissão eleitoral, bem como as demais comissões, não realiza a decisão final, é sempre a plenária quem decide, e o conselheiro deve estar ciente de que pode haver alterações no material que saiu da comissão, diz que o conselheiro deve ter essa humildade, perderam tempo pra fazer, mas ter em mente que pode ser alterado depois. André diz que as vaidades devem ser deixadas de lado. Hamilton observa que dia 25/04 é o dia da alienação parietal. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às 11h30min. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.